

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA "SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR".

Dr. Clóvis Guimarães Filho
Secretário-Executivo do Programa de
Pesquisa "Sistemas de Produção da
Agricultura Familiar " da Embrapa

A Embrapa está estruturada em 16 programas de pesquisa. Os 12 primeiros programas são técnico-científicos ; os 4 últimos têm um cunho mais gerencial e institucional. Os programas técnicos, em sua maioria, privilegiam produtos ou grupos de produtos. O programa número 9, chamado "Sistemas de Produção da Agricultura Familiar", foi criado em 1993, visando privilegiar um grupo de agricultores até então marginalizados do processo de geração de tecnologia. É o único que trata de um público específico. Nesse programa de agricultura familiar, pode-se ter projetos relacionados com qualquer produto, desde que a pesquisa seja direcionada para esse tipo de público específico, bem caracterizado no projeto.

Isso é parte do esforço da Embrapa para uma maior interação com as outras instituições, através da criação de foros como o Conselho Nacional da Embrapa, os Conselhos Regionais, as Comissões de Programa. Cada Programa é coordenado por uma Comissão multi-institucional. As diretrizes do programa, a aprovação de projetos, sua análise e acompanhamento passam pelo crivo dessas pessoas. A Comissão Técnica do Programa de pesquisa em agricultura familiar está atualmente sediada na unidade Embrapa Semi-Árido em Petrolina-PE, e é composta de seis membros, sendo apenas dois da Embrapa . O Secretário-Executivo participa nos debates mas não tem direito a voto. Além disso, a Comissão tem um corpo de consultores *ad hoc* para preparar pareceres e subsidiar suas decisões. O fato da aprovação dos projetos da

Embrapa estar a cargo de uma comissão, formada em maioria, por pessoas de outras instituições, mostra a abertura desses programas.

O primeiro desafio da Comissão foi tentar definir o que é a agricultura familiar. Chegou-se ao entendimento de que, agricultura familiar é uma forma de organização da produção caracterizada por :

1) utilizar predominantemente a mão-de-obra familiar. Isso não quer dizer que não possa ter também assalariados ;

2) apresentar uma íntima relação entre gestão e trabalho. Na agricultura familiar, é a própria família que gerência e também participa de todas as tarefas da propriedade. Em câmbio na agricultura patronal, há uma separação clara entre gerenciamento e trabalho;

3) outra característica muito importante da agricultura familiar, é a segurança alimentar. No processo decisório, dentro da unidade produtiva, consideram-se não somente os fatores de mercado e de rentabilidade, mas também os objetivos e necessidades da família. Em muitos casos, procura-se ter primeiro a segurança de plantar aqueles produtos que são da dieta básica da família.

Considerando a escassez de estatísticas e estudos sobre o tema, aproveitou-se um trabalho feito pela Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com base no Censo Agropecuário de 1985, que tentou categorizar a agricultura brasileira em diversos estratos. Estes estudos não são isentos de limitações, mas são as únicas fontes de dados nacionais que a gente do Programa pudesse tomar por base. As categorias propostas são :

1. a agricultura patronal, ou seja, aquela onde predomina o assalariamento,
2. a agricultura familiar, e
3. a agricultura chamada de sub-familiar ou periférica. Nessa agricultura mais desvalida, o estabelecimento caracteriza-se mais como local de sobrevivência e moradia do agricultor.

Segundo esse estudo, em termos de área total a agricultura patronal ocuparia 75% da área; a agricultura familiar 22%; e a agricultura sub-familiar apenas 3%. Em termos de número de estabelecimentos, foi estimado que existiam cerca de 7 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, sendo 500.000 estabelecimentos da forma patronal, 2.500.000 da familiar, e 4.000.000 da categoria sub-familiar. O estudo mostrou ainda que há uma

porção da agricultura familiar que corre o risco de não se manter como tal, assim como, há também uma fatia da agricultura sub-familiar que tem potencial para, se devidamente apoiada, entrar na categoria chamada de familiar. Formariam então, uma categoria chamada "de transição". Juntando a parte menos desvalida da agricultura sub-familiar com aquela mais fraca da agricultura familiar, somaria cerca de 2 milhões e meio de estabelecimentos.

Para o grupo chamado de periférico, os autores do estudo consideram que a tecnologia não é o fator determinante. Esta parcela necessitaria de outras formas de apoio do Governo, de um programa preliminar de estruturação, para que possa passar a demandar tecnologia agrícola. Para os agricultores do grupo chamado de transição, um programa forte de apoio - não somente de pesquisa agrícola, mas um programa também de assistência técnica, de preços e mercados, de organização e capacitação, de crédito - poderia dar condições de consolidação social e econômica.

O Programa optou então por considerar como meta principal trabalhar com esse segmento de agricultores familiares de transição. Meta principal, porque não se trata de estabelecer um limite estrito. Na prática, conforme os problemas colocados, pode-se trabalhar com diversos estratos que estariam entre a franja periférica e a zona de transição, ou entre o tipo de transição e o tipo familiar consolidado.

Para os projetos de pesquisa, é preciso ter clareza sobre qual é esse público de transição, e onde está localizado. O Programa tentou então identificar algumas características comuns aos agricultores familiares de transição de todas as regiões do país. O Programa vai dar prioridade àquelas unidades em que haja predominância de mão-de-obra familiar, com uma limitada inserção no mercado e que tenham condições, mesmo que precárias, de acesso à terra. Possuem superfície limitada de exploração e, principalmente em determinadas regiões, sistemas diversificados de produção com nível tecnológico rudimentar e carências em termos de capacitação e de organização. Estas características obviamente não são pre-requisitos para poder participar no Programa. São apenas indicadores do tipo de agricultores que deveriam passar a ser incluídos como beneficiários das pesquisas. A agricultura familiar consolidada também pode estar enfrentando esses problemas, mas não de forma tão acentuada como no caso da agricultura familiar de transição.

Esse segmento da agricultura familiar tem potencial para ser viabilizado e conseguir um padrão de vida condigno. É preciso se explore certas características que, na atual conjuntura, podem ser favoráveis a esse

segmento, devido ao papel que desempenha. Por exemplo, hoje o grande desafio é o abastecimento dos grandes centros urbanos e quem assegura o abastecimento da população, em termo de produtos básicos da dieta como feijão, milho, mandioca, é, predominantemente, a agricultura familiar.

As seguintes constatações são indicativas da viabilização da unidade agrícola familiar:

- 1) seu papel amortizador das crises econômicas, devido a sua capacidade de absorção de mão-de-obra;
- 2) constituir numa garantia de estabilidade de produção e oferta de certos produtos básicos da alimentação, pouco ou não contemplados pela agricultura patronal;
- 3) sua possibilidade de, em muitos casos, gerar produtos de melhor qualidade, e a um menor custo;
- 4) favorecer, quando há segurança de posse de terra, a uma melhor preservação do meio ambiente e a uma gestão mais ordenada do espaço.

A adaptabilidade da agricultura familiar é facilmente comprovada pelo fato da mesma ter predominado sobre a forma patronal de produção, em todos os países capitalistas desenvolvidos (Veiga, 1995).

Em função desse segmento não ter sido no Brasil, até hoje, devidamente contemplado pelas políticas governamentais, inclusive pela pesquisa, torna-se necessário, antes de tudo, o conhecimento teórico e prático dos seus sistemas de produção, incluindo seus recursos e sua racionalidade, para que, a partir dele, possam ser geradas respostas efetivas as suas necessidades. Tal conhecimento deve abranger os itinerários técnicos de cultivo e de criação, a gestão econômica da exploração, incluindo o funcionamento da cadeia produtiva, as mudanças sociais, abrangendo as estratégias e formas de organização e a construção do espaço.

A capacidade de absorção de mão-de-obra é uma característica fundamental da agricultura familiar. As propriedades de menos de 10 ha perfazem, no Brasil, menos de 3% da área total e ocupam dez vezes mais pessoal do que as propriedades de mais de 1.000 ha, que são responsáveis por 43% da área do país. A agricultura familiar, hoje no Brasil, tem de 25 a 27% da população no campo. Com o modelo atual de desenvolvimento, esta

percentagem pode chegar dentro de pouco tempo a 10%, o que colocaria problemas urbanos muito sérios de precariedade e exclusão social. Não há possibilidade das cidades estarem absorvendo mais gente do campo, no ritmo atual. Por outro lado, são vários os estudos que mostram que o custo de geração de emprego no campo é bastante inferior ao custo de geração de emprego urbano, até na construção civil. Pela sua capacidade de absorção de mão-de-obra, um programa de apoio a agricultura familiar permitiria, pelo menos, reduzir esse fluxo migratório campo-cidade a um ritmo mais compatível com o crescimento da oferta de emprego nos outros setores econômicos.

Pela valorização prioritária das potencialidades locais, a agricultura familiar constitui-se numa garantia de **estabilidade de produção e oferta** de certos **produtos básicos** da alimentação, de menor interesse ou não contemplados pela agricultura patronal. A produção familiar na agricultura vem, inclusive, mantendo uma tendência de crescimento, e se apresenta como capaz de enfrentar o desafio do abastecimento alimentar dos grandes centros urbanos. Menos dependente do exterior, portanto, para provisão dos fatores de produção, a agricultura familiar é menos sensível as flutuações de oferta e de preços de matérias primas e as interrupções de importações. Acrescente-se a isso, o seu papel de, em reduzindo o êxodo rural, limitar as transformações dos hábitos alimentares induzidos pelo modo de vida urbano, muitos deles mantidos as custas de divisas (Delpeuch, 1989).

Pode também ser explorada a capacidade que a agricultura familiar tem, sob certas condições, de **produzir a um custo menor e oferecer produtos de melhor qualidade**. A capacidade de produzir por um menor custo decorre das características já mencionadas de segurança alimentar, de uso da mão-de-obra familiar, de não exigir uma remuneração da mão-de-obra igual àquela que a agricultura patronal exigiria, de não ter uma visão especulativa da terra, entre outras...

A capacidade da agricultura familiar obter produtos de melhor qualidade é ligada à disponibilidade e responsabilização permanente da mão-de-obra familiar em relação aos cultivos e rebanhos. Verifica-se particularmente para aquelas culturas que exigem uma atenção constante e/ou um manuseio muito delicado, como por exemplo a uva. Este cuidado não pode ser obtido com igual eficiência numa empresa que produz numa escala muito grande. É preciso considerar também, a parte de melhor qualidade sob o ponto de vista de uma alimentação limpa. Hoje no primeiro mundo, o mercado está exigindo não somente uma alimentação farta, mas uma alimentação limpa. Aqui, o desafio é ao mesmo tempo garantir a segurança alimentar e nos preocupar de fornecer uma alimentação limpa. Devido às características do seu sistema, é possível,

na agricultura familiar, conseguir uma alimentação de melhor qualidade nesse aspecto também.

A agricultura familiar vincula-se também com a possibilidade, quando há segurança de acesso à terra, de melhor preservação do meio ambiente e de gestão do espaço. Uma das características principais da agricultura familiar é a diversificação do sistema de produção, em contraste com o modelo produtivista de monocultivo predominante na agricultura empresarial. Segundo Lutzemberger, citado por Graziano Neto (1986), uma das leis fundamentais da Ecologia é a de que a homeostase é diretamente proporcional à complexidade do sistema. Os ecossistemas simplificados são, portanto, bem mais vulneráveis que os diversificados. Dois temas estão no palco das discussões hoje, em termos mundiais: uma é o modelo de desenvolvimento sendo feito a custo de emprego, e outra é o desenvolvimento feito a custo de degradação do ambiente. São dois fatores que têm que ser bastante considerados em qualquer programa de desenvolvimento do meio rural, e para os quais a agricultura familiar tem soluções a oferecer.

Devemos considerar onde a pesquisa não foi eficiente para este tipo de público, esse agricultor familiar de transição. A pesquisa falhou em vários aspectos:

- em ter se inspirado num modelo inadequado - aquele modelo que se aprendeu do primeiro mundo, muito gastador de energia, de insumos, e tendente a homogeneizar o ambiente;
- em ter concentrado muito a pesquisa na área experimental, não ter feito um trabalho com o agricultor ao nível do meio real. Para atenuar esta limitação, a Comissão só está aceitando, agora, projetos de pesquisa que, em seu bojo, tenham uma etapa que seja desenvolvida no meio real;
- em ter trabalhado somente com a parte biológica, negligenciando a importância dos fatores econômicos e sociais no processo de adoção de tecnologia e no melhoramento do sistema do produtor. Os trabalhos publicados falam sobre os aumentos dos rendimentos, mas não dizem a que custo, nem qual seria o benefício para o produtor, do ponto de vista social.

Hoje a pesquisa está melhorando muito. Já está se levando em consideração o aspecto econômico e agora também o da sustentabilidade ecológica. Demorrou-se muito a aprender que o ótimo econômico está sempre abaixo do ótimo agrônômico. Agora tem-se que aprender que o ótimo

ecológico, possivelmente, vai também estar diferente do ótimo econômico. Isso deveria direcionar trabalho de geração de tecnologia para o produtor.

Em ter subestimado a capacidade do agricultor e do extensionista. Existem muitas experiências espalhadas pelo Brasil, em que o agricultor e o extensionista são meros receptáculos finais do processo de geração do trabalho que era feito na estação experimental. O Programa procura hoje que o agricultor e o extensionista sejam partes integrantes do processo durante todas as suas fases: do planejamento à validação.

Existem ainda muitos outros problemas como capacitação de pesquisadores, construção de parcerias com outras instituições, recursos financeiros..

O objetivo geral do programa é:

- gerar, e ou adaptar, tecnologias e desenvolver métodos e conhecimentos capazes de contribuir para a melhoria das condições de estabilidade e reprodutibilidade das unidades agrícolas familiares. Isto significa que o programa não pensa que ele é o único ator do desenvolvimento rural. Só vai cumprir seus objetivos se, paralelamente, o Governo e as outras instituições se encarregarem das outras políticas complementares, agirem concomitantemente. O desenvolvimento visado é voltado para a melhoria das condições de estabilidade e reprodutibilidade de unidades familiares, tendo como base incontornável, a sua maior integração às condições de economia do mercado.

Especificamente, o programa visa:

- 1) determinar as condições de viabilidade de distintos estratos da agricultura familiar, em regiões representativas, avaliando sua estabilidade ante as transformações por que passa a agricultura;
- 2) identificar que tecnologias, agrônômicas e outras, que referências técnicas, que dados sobre limitações e potencialidade do meio, são necessários;
- 3) desenvolver dispositivos e métodos de intervenção em meio real para ocorrer a utilização dessas tecnologias. Para trabalhar com os agricultores, é preciso desenvolver não só tecnologias mas também metodologias de trabalho; e

4) por último, subsidiar, através do melhor conhecimento da agricultura familiar, aquelas instituições formuladoras das políticas de apoio.

Até o ano 2000, temos como metas:

- estruturar uma rede nacional de cooperação de pesquisa de agricultura familiar, associando o sistema da Embrapa com diversos parceiros brasileiros, públicos e privados. Essa rede poderá assumir funções de apoio, formação, de animação científica e de capitalização do trabalho científico desenvolvido.

- formar um banco de dados alimentado por, e disponível para, todos os parceiros. Terá informações sistematizadas sobre pessoas, instituições, projetos de pesquisa, referências técnicas, metodológicas e pedagógicas, e outros conhecimentos relativos à agricultura familiar.

- para cada região do país, trabalhar com um extrato representativo da agricultura familiar, dando base científica para temas prioritários de pesquisa.

- por último, continuar um trabalho de intervenção, elevando a qualidade e o percentual da produção destinado ao mercado, de modo a assegurar um padrão de vida à unidade familiar, com uma renda líquida mensal não inferior a um salário mínimo por unidade de trabalho familiar. O processo de intervenção entende-se não somente do ponto de vista de tecnologias agrônômicas. As inovações têm que ser de três tipos: inovações tecnológicas, inovações gerenciais e inovações organizativas.

Bibliografia

DELPEUCH, B. Pour des agricultures paysannes. [S.l.]: Fondation pour le Progress de l'Homme, 1989. 31p.

GRAZIANO NETO, F. Questão agrária e ecológica: crítica da moderna agricultura. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. 155p.

VEIGA, J.E.S. da. Segmentando a Agricultura Familiar. São Paulo; [s.n] 1995. 20p. Rascunho de Trabalho.